

IMPrensa LIVRE

01/09/2005 07:15

São Sebastião não emite alvarás para comércio desde dezembro 2004

Daniela Carvalho

São Sebastião

A prefeitura de São Sebastião não emite nenhum alvará para o comércio desde dezembro de 2004, quando foi aprovado o decreto federal 5.296, que regulamenta as leis 10.048/00 e 10.098/00, que obriga os estabelecimentos a adequarem sua estrutura arquitetônica para atender os portadores de deficiência física.

Gustave Gama



*Luiz Savério Felipelli, ontem, na redação do
Imprensa Livre*

Na semana passada, 53 licenças de alvará foram anuladas, porque os estabelecimentos não possuíam banheiros adaptados, rampas de acesso ou elevadores. Os prédios públicos terão um prazo de 30 meses para se adequar a Lei Federal, mas as empresas privadas, inclusive aquelas que funcionam em prédios históricos, somente terão alvará quando providenciarem a mudança.

O secretário da Fazenda, Amin Nossabein, concorda que a lei é muito difícil de ser aplicada nos estabelecimentos comerciais de pequeno porte já que vai obrigar os comerciantes a fazerem um grande investimento numa época de baixa temporada, quando a cidade está parada.

“Imagine o investimento que cada comerciante vai ter que fazer para se adaptar à lei, como a construção de banheiro especial, balcão na altura do cadeirante e qualquer prédio com um andar vai precisar instalar elevador. Tem gente que, inclusive, terá que rebaixar o piso da loja, porque não dá inclinação para rampa”, afirma.

Segundo ele, a prefeitura estará fazendo a parte dela, adaptando as ruas e calçadas, implantando semáforo sonoro e reformando os prédios públicos, no que estima ser um investimento de R\$ 4 milhões. “O comércio que não tem alvará fica sujeito à fiscalização e pode ser fechado, mas pense no caos social que isso vai causar. Não posso fazer vista grossa, a lei é para ser cumprida”, explicou.

Fotos: Daniela Carvalho



Eiki Yamaguchi, comerciante: "Os deficientes que andam na cidade são heróis"

Comissão de Acessibilidade

A coordenadora da comissão de acessibilidade da Prefeitura, Kátia Severi, explicou que foi feito levantamento topográfico das ruas do centro da cidade para levantar as alterações que precisarão ser feitas para se adaptar ao decreto federal.

Segundo ela, as mudanças começam no ano que vem, com um projeto piloto na avenida Guarda Mor Lobo Viana, entre as ruas Sebastião Silvestre e Duque de Caxias, local que concentra a maioria do comércio de serviço e maior fluxo de pessoas.

“Serão retiradas todas as barreiras arquitetônicas que dificultem o trânsito dos deficientes físicos, como as lixeiras, árvores, orelhões, postes de iluminação, além da mudança do piso das calçadas”, diz. Além disso, segundo ela, os prédios públicos também passarão por reformas, começando pelo Paço Municipal e Secretaria de Meio Ambiente, que por terem dois andares terão que passar a contar com um elevador para cadeira de rodas.



Julio Buzi: "A mudança vai contribuir para o turismo da cidade"

Aciss pode entrar com mandato de segurança

O presidente da Associação Comercial de São Sebastião, Fábio José Aranha, afirmou que caso a não emissão de alvará pela Prefeitura faça com que o comércio chegue a uma situação extrema pode entrar com um mandato de segurança para ouvir a opinião do juiz sobre o assunto.

“Tenho conhecimento extra-oficial de que 75 empresas estão tentando obter um alvará de funcionamento e que todas licenças concedidas, após dezembro de 2004, deverão ser canceladas”, afirma.

Segundo ele, o promotor disse que é considerada área pública do balcão para a rua e que neste caso as lojas não teriam que construir um banheiro adaptado para deficientes físicos, por exemplo.



Enrique de Pinho, comerciante: "Primeiro deve ser feita a parte pública, depois a privada"

O presidente da Aciss afirma que, antes de negar o alvará, a Prefeitura deveria ter discutido amplamente as exigências da lei com o comércio.

“O comércio precisa de tempo para se adaptar a esse decreto federal. Estive reunido com o promotor Fernando Henrique Pinto para discutir a questão, porque algumas exigências que estão sendo feitas são fora da nossa realidade”, disse.

Para os comerciantes que tiverem alguma dúvida com relação às mudanças previstas no decreto federal, a Aciss está colocando a disposição uma equipe de assistência técnica e jurídica. “São Sebastião saiu na frente no cumprimento dessas normas porque temos uma Associação de Deficientes Físicos forte. A prefeitura, que tem a responsabilidade do alvará, não tem culpa porque pode ser penalizada no caso de descumprir a lei”, afirma.

Engenheiros

O presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Sebastião, Luiz Savério Felipelli, afirmou que, independente do aspecto legal, a prefeitura “parou” a cidade quando deixou de emitir os alvarás para o comércio.

“É preciso dar um prazo para que os comércios se adaptem; deveria ser dado um alvará a título precário, com validade de seis meses, pelo menos. A prioridade deveria ser a circulação na cidade. A Prefeitura também vai fechar o município?”, questiona.

Associação dos Deficientes diz que não é culpada pelos alvarás.

O presidente da Associação de Deficientes Físicos de São Sebastião, Alden Mello Aguiar, o Dinho, afirma que acha justo o decreto que determina as adaptações no comércio e, ao tomar conhecimento da matéria, enviou uma cópia para todas as secretarias municipais ficarem cientes.

Porém, ele nega ter feito pressão para a Prefeitura não conceder o alvará aos comerciantes. “Entendo que ninguém muda tudo de uma hora pra outra e é preciso ter bom senso. Por causa da situação financeira, poderia ser dado um prazo mais longo para os comércios. Não fomos nós que fizemos a lei”, explica.

Segundo Dinho, a Associação dos Deficientes até hoje entrou com duas ações contra o comércio - Casas Bahia e Loja Cem - por causa da falta de



"Sou a favor, porque os deficientes também tem as mesmas necessidades", diz o conhecido Palhaço Chupetinha

acessibilidade, em 2002, o que não teve nada haver com o decreto federal aprovado em 2004.

Ele também afirma que em São Sebastião existem cerca de 8 mil portadores de deficiência física. “Existe muita gente que trabalha, mas não tem como gastar seu dinheiro por dificuldade de acesso aos comércios. O direito deles vai ser privado?”, questiona.

O tesoureiro da Associação de Deficientes Físicos, Mônico Santos Silva, propôs que a Prefeitura fizesse uma audiência pública no Teatro para esclarecer as dúvidas dos comerciantes.

Turismo

O secretário de Turismo, Júlio Buzzi, afirmou que, caso os comércios da cidade e demais locais públicos façam a mudança que está prevista no decreto federal e, com isso, melhore o acesso dos portadores de deficiência nos estabelecimentos, poderá melhorar também o turismo na cidade.

“Na reforma do Balneário dos Trabalhadores, na Praia Grande, estamos obedecendo à lei de acessibilidade aos deficientes. Queremos atrair esse público para a cidade, o que será possível com a aplicação da lei”, diz.